



ASSEMBLEIA IMEDIATA PARA APROVAR A GREVE E IMPOR A REVOGAÇÃO DA LEI 18.221/24 E DEMAIS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Boletim nº 15 / 03/02/2025

Desde a aprovação do PL 826/24, no apagar das luzes em 18/12/24, seguida da sanção de Nunes/MDB em 28/12/24, que institui a lei 18.221/24, a direção do SINPEEM e demais entidades buscam iludir os trabalhadores com saídas pacifistas, respondendo inicialmente com a abertura de uma “ação direta de inconstitucionalidade” no Supremo contra a referida lei, que avança na privatização e ataca as condições de trabalho e salário dos servidores municipais, um verdadeiro desmonte das carreiras.

No início de janeiro Nunes vem a público e anuncia, por meio de uma entrevista à CBN, que a aplicação da lei 18.221 envolveria, dentre outras medidas, a privatização da gestão de 50 escolas com a pior nota no IDEB. Esse pronunciamento fez com que parte das equipes gestoras começasse a pressionar os seus sindicatos por alguma medida de enfrentamento, mas obtiveram a mesma resposta, de apostar na ação direta de inconstitucionalidade, momento em que essas direções se empenharam para demonstrar as irregularidades de cada ponto dessa lei, alimentando a ilusão de que é possível a revogação por essa via, mesmo que apenas parcialmente, desconsiderando completamente que a justiça é burguesa, e que portanto, os interesses privatistas desse governo tem respaldo de outras instâncias, inclusive no judiciário.

Como se não bastasse a manutenção do completo imobilismo das direções no momento da aprovação do PL, da sanção da lei e dos pronunciamentos do prefeito quanto a sua implementação, no final de janeiro, as entidades solicitaram uma reunião em SME, realizada no dia 22/01/25, e na ocasião buscaram negociar a não regulamentação da lei, ou seja, que o governo não aplicasse alguns pontos que estavam relacionados ao processo de atribuição de classes/aulas. A intenção das burocracias sindicais foi a de retardar os efeitos da lei, e iniciar o ano letivo com uma aparente normalidade.

No entanto, o governo mais uma vez demonstrou que está disposto a ir até às últimas consequências, intensificando os ataques diante da vantagem de não haver resistência coletiva organizada pelas direções sindicais. Dizemos isto, porque a resposta do governo a tentativa de negociata das burocracias sindicais foi de

que novas normativas estavam em fase final de elaboração com a finalidade de regulamentar aspectos da lei para sua rápida implementação e que seriam enviadas para colaboração das entidades. A direção do SINPEEM se pronunciou dizendo que recusa o encaminhamento do governo e que defendem a revogação completa da lei, mas nada fazem de concreto para enfrentar o governo à altura dos ataques. O governo segue com seu projeto de desmonte e publica no dia 31/01/25 a normativa da segunda etapa da atribuição confirmando os ataques previstos na lei 18.221/24.

Portanto, a Unidade independente classista e combativa defende a realização imediata de uma assembleia unitária, do conjunto do funcionalismo municipal, amplamente convocada pelas entidades sindicais, para que a classe delibere sobre a greve. Chega de dar trégua ao governo! É preciso ser consequente na luta real contra o avanço das políticas de ataque ao conjunto dos trabalhadores, como a privatização, a destruição dos serviços públicos e o aumento da exploração no trabalho através da precarização e retirada de direitos. Este enfrentamento não se dará por meio da democracia burguesa, mas pela ação direta dos trabalhadores unificados (greve, manifestações de rua, ocupações...), em torno de um plano de reivindicações comum partindo da defesa do emprego a todos, do salário e da manutenção dos direitos conquistados.

TODOS (AS) A PLENÁRIA SINDICAL - DIA 08/02 ÀS 10H NO CENTRO DE FORMAÇÃO DO SINPEEM

(Rua Guaporé, 240 - próximo estação Armênia do metrô)

A COEDUC, que está convocando esta plenária, é um bloco burocrático e corporativista formado pelas direções do SINPEEM, SEDIN e SINESP, que tem servido para impedir a construção de uma ampla unidade do funcionalismo. Portanto, a participação massiva da base nesta plenária é fundamental para romper com o divisionismo dessas direções e construir por meio da luta de classes a mais ampla unidade em defesa dos serviços públicos, não apenas contra Nunes/MDB, mas também contra os ataques do seu aliado Tarcísio/ Republicanos e do governo de frente ampla Lula/Alckmin.

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



INDEPENDENTES